

extraordinária ocorrida em 08/12/2011, deliberou que o DF possuirá apenas uma agência de bacias e este fato foi considerado como premissa para as simulações de arrecadação efetuadas. A seguir apresentou uma estimativa de quanto custaria uma nova agência de bacias (mão de obra, material de consumo, veículos e escritório, equipamentos de informática e kitmóveis) uma despesa anual em torno de R\$ 720.000,00. Lembrou que os custos de uma agência de bacias no distrito federal podem ser de 10% do valor total arrecadado. A meta seria de R\$ 7.000.000. Apresentou a simulação feita para chegar a um valor equivalente. Proposta GT - atualização dos PPU's. Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou de índice que vier a sucedê-lo. Diretrizes para aplicação dos valores: os valores arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do distrito federal, serão aplicados de acordo com os planos de recursos hídricos das bacias. Principais conclusões e recomendações: foram simulados 6 (seis) cenários com valores diferenciados de PPU para orientar a decisão das plenárias; o GT sugere que a cobrança incida sobre todos os usuários de água outorgados, como uma forma de incentivar o uso racional; foi realizada a simulação para estimar o custo para garantir a sustentabilidade financeira de uma agência de bacias (aproximadamente R\$ 700.000,00 anuais); ressalta-se que as simulações consideraram os valores máximos outorgados e, portanto, os valores efetivamente arrecadados podem ser menores do que os apresentados. Em relação ao lançamento de efluentes inorgânicos, em especial, pela atividade de mineração, o GT recomenda que sejam realizados estudos visando à definição de metodologias apropriadas para qualificação e a quantificação de seus componentes haja vista que o GT não encontrou nenhuma metodologia de cobrança para este tipo de lançamento; o cenário de arrecadação 4 que resultou no valor total (R\$ 6.054.085,00) é o que mais se aproxima do montante necessário para manter uma nova agência de bacias no DF, quando se considera que no máximo 10% do valor arrecadado poderá ser utilizado para a estrutura administrativa dos Comitês. Com relação à agência de bacias o GT considerou 3 (três) alternativas: Criação de uma nova agência de bacias, conforme o CRH-DF aprovou: institucionalizar a agência de bacias na estrutura orgânica da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico - Adasa; adesão à outra agência de bacias de comitês federais, como por exemplo, a ABHA Gestão de Águas (Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas); os valores arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Distrito Federal, deverão ser aplicados conforme a área de abrangência do respectivo comitê de bacia, proporcionalmente ao valor arrecadado e deverão estar em consonância com os planos de recursos hídricos das bacias. Finalizada a apresentação o Presidente abriu inscrições para manifestação da plenária. A Conselheira Priscila/Ceb destacou que na proposta apresentada pelos CBHs ficou definido que a Cobrança será feita por captação e não por outorga. Questionou se hoje os usuários têm condição de ter essa medição de captação. Salientou que no âmbito federal o valor da cobrança é basicamente o mesmo para todos. Disse não ser justo usuários pagarem pelo mesmo bem de forma diferente, haja vista que a água é um bem único e disponível para todos. Disse entender que o CRH deve equalizar esses valores. Com relação à agência de bacia, pelo que foi trazido como previsão com o custo de 10% no melhor cenário mostrado de outorga, de quatrocentos milhões, sugeriu manter esses recursos dentro da Adasa, visando a melhor aplicação dos recursos e não custear uma agência de bacia. Gustavo/Adasa esclareceu que, com relação ao mecanismo de cobrança, se existir a medição será cobrado pelo que é medido e do contrário será cobrado pelo outorgado. Lembrou que não é a cobrança que traz a exigência do equipamento de medição, isso já é uma exigência que vem da lei que diz que cabe ao usuário monitorar o uso, e ressaltou que a outorga traz expressamente essa exigência. Lembrou que recentemente foi publicada uma Resolução da Adasa que apresenta critérios mais claros dos tipos de equipamentos, metodologia que devem ser aplicadas para medição e essa exigência independente da cobrança, e aprimora o processo de gestão. Em seguida a Conselheira Priscila/Ceb disse não estar claro a premissa de cobrar de usuários diferentes valores diferentes se eles vão pagar por volume, provavelmente vão pagar aquilo que estão realmente utilizando e a cobrança é feita por aspersão. Porque uns usuários são penalizados mais que outros e porque o valor da água para indústria é maior do que o valor da água para irrigação, para dessedentação de animais, sendo que todos estão utilizando o mesmo bem, a água. Gustavo/Adasa respondeu que em todos os Estados que possuem cobrança pelo uso de água existe diferenciação de preço por setor. Ressaltou que é levado em consideração é como aquele insumo se reflete no ganho de cada setor. Ressaltou ainda, que o grupo de trabalho observou o cenário nacional e viu os valores cobrados por setor e que para chegar nesse valor o assunto foi discutido com os setores. Jorge Enoch/Adasa acrescentou que não necessariamente o que se paga na cobrança pelo uso da água é o valor da água. A ideia do legislador é indicá-la cara como valor e essa relação às vezes não é tão direta. E, o que se tem visto em todos os lugares é que não é um preço único para todos os setores. Finalizadas as considerações o Presidente declarou que o CRH recepciona o trabalho apresentado e que será encaminhado a CTPA do CRH para análise. Dando prosseguimento ao item 1f) fundamentos para as Diretrizes Gerais de Outorga - Maria Silvia Rossi/SEMA. o Presidente esclareceu que o item teve que ser retirado de pauta em função da apresentadora encontrar-se na reunião do CONPLAN. Em continuidade a pauta no item 2. Informes, o Presidente lembrou que por deliberação do CRH ele foi indicado na qualidade de membro titular no pleno do CNRH e que participou da reunião do conselho nos dias 10 e 11 de dezembro. Nessa reunião ocorreu a deliberação das câmaras técnicas. Destacou que das câmaras técnicas pleiteadas pelo CRH, conforme deliberado na última reunião, a única que não contemplamos foi a câmara técnica de segurança de barragens. Finalizados os informes a Conselheira Regina Fittipaldi propôs ao Presidente que fosse feito um convite as professoras do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília (UnB), Leonora

Gomes e Cristina Brandão para palestrar no CRH sobre as normas internacionais de qualidade dos ambientes aquáticos e perspectivas para o Brasil e os poluentes emergentes no contexto da segurança hídrica. Esgotada a pauta e não havendo mais considerações o Presidente agradeceu a todos e encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada pelos conselheiros presentes e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal. JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR, Presidente Substituto.

#### ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte, às nove horas, ocorreu a 37ª reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal - CRH/DF/DF, realizada por vídeo conferência, atendendo à convocação do seu Presidente, o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA/DF. Fizeram-se presentes o Secretário Executivo do CRH/DF Senhor JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR/SEMA, que presidiu a reunião, EDNA AIRES/SEDUH, MAC LEONARDO DA SILVA SOUTO/SEAGRI, DYEGO RANDSON GUERRA DE MEDEIROS/SO, ALEX DE MELO MORAES/SDE, GILDA NOGUEIRA P. CAMBRAIA/CACI, JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA/ADASA, GUSTAVO ANTONIO CARNEIRO/ADASA, ALBA EVANGELISTA RAMOS/ADASA, ELONEIDE MENÊSES FRANÇA ARRUDA/CAESB, LIGIA SILVA VIVEIROS GURGEL/CAESB, PRISCILA PARIS MENDONÇA/CEB, EDUARDO FORTUNATO BIM/BYAMA, MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO/IBAMA, EDUARDO CYRINO DE OLIVEIRA FILHO/EMBRAPA, ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO/FIBRA, FÁTIMA PONTES AMARANTE/ÚNICA-DF, ANDREIA FERREIRA DE AGUIAR/CBH-MA, RODOLFO SIQUEIRA BRITO/CBH-MA, SANDRO CESAR TRIACCA/CHB-PRETO, RICARDO TEZINI MINOTI/CBH PARANAÍBA, RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL/ABES-DF, LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU/ABES-DF, SÉRGIO KOIDE/UNB, JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR/UNB, WILLEM WILY DE PAULA BARBOSA/UCB, REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI/FÓRUM ONGS (1ª VAGA), LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ/FÓRUM ONGS (2ª VAGA). Participaram como ouvintes: MARICLEIDE MAIA SAID/SEMA, MONA GRIMOUTH BITTAR/SEMA, CÁSSIA HELENA/ADASA, ERICA FREITAS/ADASA, REGINALDO P. MIGUEL/ADASA, VANDETE MALDANER/ADASA, VÍTOR SANTOS/ADASA, MARCOS MAIA/EMATER, FÁBIO BAKKER/CAESB, RENAN/CAESB, CAROLINA HECK (apresentador), GABRIELLE GARRAFIEL, FLÁVIO PIMENTEL e LEONARDO MITRE (apresentador). A reunião foi realizada por vídeo conferência, por meio do aplicativo Cisco Webex Meeting, aberta em segunda chamada às 09h00. O presidente cumprimentou a todos, agradeceu a presença dos Conselheiros e declarou aberta a sessão. Procedeu com a leitura da pauta, ordem do dia. Deu início à reunião pelo item 1a da pauta: Apreciação e votação da Ata da 34ª R.O. O Presidente informou que a ata foi enviada aos Conselheiros com antecedência e submeteu à apreciação dos Conselheiros, sendo aprovada por unanimidade. Será enviada via SEI para assinatura. A seguir prosseguiu com o item 1b da pauta: Apresentação e apreciação de proposta de criação do GT Covid-19 - Secretaria Executiva CRH-DF e proponentes. O Presidente leu o inteiro teor da proposta de resolução, que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para acompanhamento e proposição de ações ao enfrentamento do Covid-19, no que se refere aos recursos hídricos no Distrito Federal. Em seguida, submeteu a minuta de resolução à plenária para votação, via chat e a resolução foi aprovada por unanimidade. O Grupo de Trabalho foi composto com as seguintes instituições: Universidade de Brasília - UnB, Fórum das ONGs Ambientais do Distrito Federal - Fórum das ONGs, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb, Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - Adasa, Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba DF - CBH Paranaíba/DF, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, Ambiental - Seção DF - Abes/DF, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Distrito Federal - IBAMA/DF, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do DF - SEMA/DF e Secretaria de Estado Casa Civil do Distrito Federal - CACI/DF. O Presidente prosseguiu com o item 1c da pauta: Apresentação do Plano de Recursos Hídricos dos Afluentes Distritais do Rio Paranaíba DF - PRH/Paranaíba/DF. O Presidente convidou a Senhora CAROLINA HECK, representante da empresa Engeplus para proferir a apresentação. A apresentadora disse que o objetivo do plano é orientar a implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos fortalecendo o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal; articular com os diversos atores para garantir a oferta de água, em quantidade suficiente e qualidade crescente, com vistas ao atendimento aos seus múltiplos usos respeitando a capacidade de suporte das bacias hidrográficas de forma simultânea. O PRH/Paranaíba/DF busca apontar respostas técnicas, institucionais e legais de curto, médio e longo prazos para os temas relevantes e os principais problemas diagnosticados nas bacias. Além disso, o plano objetiva incentivar o sentimento de pertencimento do cidadão das bacias hidrográficas abrangidas pelo CBH/Paranaíba/DF e entorno, por meio da participação social na elaboração e execução do Plano. Apresentou as etapas de construção do plano e os produtos resultantes: Etapa I - Planejamento (Produto 1 - Plano de Trabalho), Etapa II - Diagnóstico (Produto 2 - Levantamento e Aprimoramento dos Estudos e Produto 3 - Diagnóstico Integrado), Etapa III - Prognóstico (Produto 4 - Prognóstico dos Recursos Hídricos), Etapa IV - Programa de Ações e Investimentos (Produto 5 - Diretrizes para Implantação dos Instrumentos de Gestão e Arranjo Institucional, Produto 6 - Plano de Ações e Programa de Investimentos), Etapa V - Consolidação do PRH/Paranaíba/DF [Produto 7 - Relatórios Finais (Relatório Final, Resumo Executivo, Revista/Encarte e Vídeo de Divulgação), Produto 8 - Banco de Dados Geográficos]. Com relação à mobilização social destacou que foram realizadas 06 rodadas de oficinas nas cinco bacias hidrográficas, totalizando 30 oficinas com mais de quinhentos participantes; consulta

pública através de plataforma colaborativa e do sítio da Adasa; reunião de apresentação e discussão dos produtos, com a comissão técnica e outros atores estratégicos (Sema, Caesb, Adasa, Ibram, Terracap e Seduh); reuniões públicas sobre o plano de trabalho (diagnóstico dos produtos 2 e 3, prognóstico do produto 4 e diretrizes e plano de ações dos produtos 5 e 6); audiência pública, realizada em maio/2020 por videoconferência. Citou a abrangência territorial do plano (Área = 5.024,3 km<sup>2</sup> (64% do território do DF) e as unidades hidrográficas (BH Rio Descoberto, BH Rio Corumbá, BH Rio Paranoá, BH Rio São Bartolomeu, BH Rio São Marcos). Expôs que a bacia hidrográfica do Rio Paranaíba/DF representa 1,6% da área da BH Paranaíba. A apresentadora lembrou que o diagnóstico aborda os seguintes temas: unidades hidrográficas de estudo; aspectos físicos; uso e ocupação do solo; aspectos bióticos; UCs, APPs e demais áreas de interesse ambiental; aspectos socioeconômicos, políticos e culturais; aspectos institucionais e legais; infraestrutura de saneamento básico; infraestrutura hídrica; usos da água e demandas hídricas; disponibilidade hídrica superficial; qualidade da água superficial (rios e lagos); manchas de inundação; águas subterrâneas (qualidade e quantidade); balanço hídrico; e análises integradas. Com relação à disponibilidade, demanda e balanço hídrico destacou: precipitação anual; vazões no exutório principal de cada bacia hidrográfica; variação mensal da vazão (Qmmm – Ribeirão Rodeador); avaliação da crise hídrica 2014/2018 [Precipitação média mensal na estação pluviométrica Brasília (157004) e Vazão média mensal na estação fluviométrica Píripipau Frinocap - DF 230 (60473000)]; disponibilidade hídrica subterrânea (domínio fraturado e domínio poroso); outorgas (Adasa, ANA e SEMAD); outorgas superficiais (data base: novembro/2018, número total de outorgas: 5755. 4% SEMAD, 2% ANA e 94% ADASA) e outorgas subterrâneas (vazão total máxima: 25,58 m<sup>3</sup>/s. 22% subterrânea e 78% superficial); demandas hídricas (demanda total 13,07 m<sup>3</sup>/s; abastecimento humano 69%; irrigação 25%; criação animal 2%; uso industrial 3%; aquicultura 2% e mineração 0,1%); balanço hídrico superficial vazão – Qmmm (o grau de comprometimento, março e setembro nas demandas, consumo e outorga); balanço hídrico subterrâneo - vazão Qmmm (domínio fraturado, domínio poroso e reserva explorável total) grau de comprometimento); síntese do diagnóstico (altos índices de crescimento populacional e expansão urbana; conflitos entre a expansão urbana, a agricultura irrigada e os remanescentes de Cerrado; demanda hídrica concentrada no abastecimento humano; sistemas de abastecimento de água interligados; investimentos para o aumento da disponibilidade para abastecimento humano; bons índices de tratamento de esgotos, mas a carga potencialmente poluidora remanescente ainda é alta; cursos d'água com baixa capacidade de diluição em função da vazão; período de escassez hídrica recente e dependência de mananciais superficiais). Apresentou o Prognóstico dos Recursos Hídricos: Processo de Cenarização: cenários PRH/Paranaíba/DF (desempenho econômico e social); usos da água e demandas hídricas total [cenário tendencial demanda (2040) = 15,65 m<sup>3</sup>/s e cenário de maior desenvolvimento demanda (2040) = 16,48 m<sup>3</sup>/s]; balanço hídrico superficial 2030 – Qmmm, março e setembro (tendencial, maior desenvolvimento e contingência); balanço hídrico subterrâneo - reserva explorável total (tendencial – 2025, maior desenvolvimento – 2030, maior desenvolvimento – 2040 e contingência – 2030); síntese do prognóstico (demanda hídrica para abastecimento humano aumenta de 69% para 74% do total até 2040; demais usos da água com baixos índices de crescimento; as medidas de ampliação do sistema de esgotamento sanitário previstas no PDSB são muito importantes para mitigar as cargas poluidoras que serão incrementadas nos próximos 20 anos pelo crescimento populacional; unidades hidrográficas com maior criticidade em relação ao balanço hídrico (UH 1-Alto Rio Samambaia UH 33 - Rio Descoberto UH 26 - Ribeirão Rodeador UH 18 - Ribeirão do Torto UH 4 - Alto Rio São Bartolomeu UH 38 - Rio Píripipau UH 24 - Ribeirão Papuda); cursos d'água com maior atenção com relação à qualidade da água superficial (Rio Melchior Ribeirão Ponte Alta Ribeirão Sobradinho Rio Alagado Riacho Fundo Ribeirão Papuda e Ribeirão Saia Velha). Apresentou os Instrumentos de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos: instrumentos da política de recursos hídricos do DF - Lei Distrital 2.725/2001: I - plano de recursos hídricos; II - o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água; III - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; IV - a cobrança pelo uso de recursos hídricos; V - o sistema de informações sobre recursos hídricos. VI – o fundo de recursos hídricos. Estágio de implementação dos instrumentos de gestão (instrumento, abrangência e implementação): Plano de Recursos Hídricos: na bacia interestadual (elaborado) no Distrito Federal (elaborado - 2006 – preliminar e 2012) e nas bacias distritais (em elaboração); enquadramento: corpos de água da União (elaboração de TR para revisão da proposta existente), corpos de água distritais (em efetivação); outorga: corpos de água da União (implementado) e corpos de águas distritais (em implementação); cobrança: corpos de água da União (implementada), corpos de água distritais (em implementação); SIRH: Distrito Federal (em implementação); Fundo: Distrito Federal (inexistente). Destacou que o PRH/Paranaíba/DF propôs diretrizes para aprimorar, integrar e otimizar os instrumentos de gestão. Outorga de direito de uso: conceito (ato administrativo mediante o qual o poder público outorgante, União, e/ou DF, faculta ao outorgado o direito de uso de RH, por prazo determinado no ato). A outorga é concedida pela Adasa, após a verificação da disponibilidade hídrica e a adequação do empreendimento à realidade hídrica da bacia. Cobrança pelos usos dos recursos hídricos: conceito

(instrumento econômico de gestão de recursos hídricos); cabe ao Comitê de bacia estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados, após aprovada pelos Comitês de bacia é encaminhada para o Conselho de Recursos Hídricos do DF. Sistema de Informações de Recursos Hídricos - SIRH/DF: Sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre os recursos hídricos, boletins das telemétricas, do rio Píripipau, dados de monitoramento, de outorga (<http://gis.adasa.df.gov.br/portal/home>). Plano de ações: estrutura do plano de ações (objetivo e 4 componentes principais, 12 programas, 29 subprogramas, umas 100 metas e aproximadamente 300 ações). Cada um dos subprogramas foi detalhado: objetivo, a justificativa, as metas e ações correspondentes, responsáveis e atores intervenientes. Indicadores para acompanhamento desse subprograma, cronograma e orçamento. Apresentou os Componentes e programas: componente 1: gestão dos recursos hídricos (Programa 1.1 instrumentos de gestão, Programa 1.2 articulação e fortalecimento institucional, Programa 1.3 comunicação e mobilização social, Programa 1.4 ampliação do conhecimento da área de estudo). Componente 2: Segurança hídrica (Programa 2.1 plano de contingência, Programa 2.2 incremento da disponibilidade hídrica, Programa 2.3 uso eficiente da água). Componente 3: Saneamento ambiental (Programa 3.1 saneamento urbano, Programa 3.2 saneamento rural). Componente 4: conservação e proteção dos RH (Programa 4.1 áreas prioritárias para conservação, Programa 4.2 pagamento por serviços ambientais, Programa 4.3 uso e ocupação do solo). Componente 1: gestão dos recursos hídricos: programa: 1.1 - instrumentos de gestão (objetivos: aperfeiçoamento, consolidação, integração e implementação os instrumentos de gestão de recursos hídricos do Distrito Federal) Subprogramas: 1.1.1 aperfeiçoamento do instrumento de outorga e da fiscalização de recursos hídricos superficiais e subterrâneos; 1.1.2 implementação do enquadramento dos corpos d'água superficiais; 1.1.3 implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos; 1.1.4 aperfeiçoamento do sistema de informações sobre recursos hídricos; 1.1.5 atualização do plano de recursos hídricos. Programa 1.2 - articulação e fortalecimento institucional (objetivos: fortalecer os entes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF para otimizar a gestão dos recursos hídricos na BH Paranaíba). Subprogramas: 1.2.1 fortalecimento do CBH/Paranaíba/DF; 1.2.2 capacitação para gestão dos recursos hídricos; 1.2.3 aperfeiçoamento do arranjo institucional. Programa 1.3 - Comunicação e mobilização social (objetivos: ampliar, fortalecer e qualificar a participação social no processo de acompanhamento e implementação do PRH/Paranaíba/DF). Subprogramas: 1.3.1 educação ambiental e 1.3.2 comunicação social. Programa 1.4 - ampliação do conhecimento da área de estudo (objetivos: ampliar o monitoramento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos para melhorar o acompanhamento das condições ambientais e otimizar a tomada de decisão na gestão dos recursos hídricos). Subprogramas: 1.4.1 aperfeiçoamento do monitoramento hidrológico e de qualidade da água superficial; 1.4.2 aprimoramento do conhecimento dos aquíferos e do monitoramento das águas subterrâneas e 1.4.3 monitoramento dos sedimentos nos reservatórios de abastecimento. Componente 2 - Segurança Hídrica: Programa 2.1 - plano de contingência (objetivos: elaboração de um plano de contingência para enfrentamento de uma possível crise hídrica). Subprogramas: 2.1.1: elaboração do plano de contingência e gerenciamento de crises hídricas. Programa 2.2: incremento da disponibilidade hídrica (objetivos: avaliar alternativas para ampliar a segurança hídrica nos afluentes distritais do rio Paranaíba). Subprogramas: 2.2.1: avaliação de alternativas para incremento da disponibilidade hídrica superficial. Programa: 2.3 uso eficiente da água (objetivos: promover o uso eficiente da água como forma de redução de demanda e compatibilização com as disponibilidades hídricas). Subprogramas: 2.3.1: aumento da eficiência do uso da água na irrigação; 2.3.2: incentivo ao reúso da água e aproveitamento de águas pluviais e 2.3.3: implantação de certificação para uso eficiente da água (selo azul). Componente 3 - saneamento ambiental: Programa 3.1 - saneamento urbano (objetivos: promover a melhoria do saneamento básico na área urbana de forma estratégica, com ações que otimizem a qualidade dos recursos hídricos beneficiando a qualidade de vida da população). Subprogramas: 3.1.1 melhorias no abastecimento de água; 3.1.2 melhorias no sistema de esgotamento sanitário; 3.1.3 melhorias na limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e 3.1.4 melhorias na drenagem urbana e manejo de águas pluviais. Programa: 3.2 - saneamento rural (objetivos: promover a melhoria do saneamento básico na área rural de forma adequada e sustentável com ações que beneficiem a qualidade de vida da população e o meio ambiente). Subprogramas: 3.2.1 ampliação do saneamento rural. Componente 4 - conservação e proteção dos recursos hídricos: Programa 4.1 - áreas prioritárias para conservação (objetivos: fortalecimentos das unidades de conservação e áreas destinadas à proteção dos recursos hídricos). Subprogramas: 4.1.1 recomendações para unidades de conservação, preservação de nascente e demais apps relacionadas aos recursos hídricos; 4.1.2 fortalecimento das áreas de proteção de mananciais e 4.1.3 proteção dos recursos hídricos subterrâneos. Programa 4.2 - pagamento por serviços ambientais (objetivos: ampliação do Programa Produtor de Água-PPA). Subprogramas: 4.2.1 ampliação do programa produtor de água. Programa 4.3 - uso e ocupação do solo (objetivos: preservação do

uso e do manejo do solo com vistas à preservação dos recursos hídricos). Subprogramas: 4.3.1 prevenção e controle dos processos erosivos e 4.3.2 recomendações para gestão do território. Orçamento estimado: os custos e investimentos estimados para o PRH/Paranaíba/DF, no horizonte de 20 anos de planejamento, totalizam R\$ 54 milhões. Além destes valores existem custos não contabilizados que fazem parte das atribuições dos atores responsáveis pelas ações. Não estão consideradas as ações de ampliação dos sistemas de saneamento básico. Apresentou a distribuição orçamentária por componente, a saber: componente 1 - gestão dos recursos hídricos (R\$ 29.882.000 55%); componente 2 - segurança hídrica (R\$ 3.282.000 6%); componente 3 - saneamento ambiental (R\$ 11.087.000 20%) e componente 4 - conservação e proteção dos recursos hídricos (R\$ 10.346.000 19%). Finaliza apresentação. A seguir o Conselheiro Ricardo Minotti/CBH/Paranaíba/DF manifestou felicidade por estar entregando, juntamente com a Adasa e a Engeplus, o Plano de Bacias ao CRH/DF, que fará o acompanhamento da implementação do Plano. Lembrou que em 2019 foram entregues os mecanismos de cobrança aprovado e hoje o primeiro plano de bacia elaborado e aprovado por um CBH no DF. Reforçou que a participação ativa da sociedade foi muito importante. Destacou o trabalho e esforço de todos e reforçou a importância de divulgação do plano. Disse estar desenvolvendo trabalho junto à UnB para que o plano seja utilizado nas pesquisas. O Conselheiro informou sobre notícia veiculada na mídia local de novo bairro no DF e outros doze novos bairros nos próximos dois anos. Disse estranhar o governo anunciar isso em plena revisão do PDOT, uma vez que segue o estatuto das cidades, que diz que o ordenamento territorial deverá considerar os planos de bacia. Citou por exemplo a bacia hidrográfica do rio Sobradinho, que tem cenário tendencial. Destacou que o ribeirão não é manancial, mas tem outros usos. "Criar novos bairros próximo à bacia do ribeirão Sobradinho é um problema porque os afluentes, por mais que sejam tratados e tenham qualidade de água vão receber carga residual que não vai conseguir depurar". Outro problema é que o DF já está buscando água mais distante, em Corumbá IV. Essa bacia se encontra bastante assoreada e ela recebe efluentes de duas ETES. É água de reuso para abastecimento e ainda tem um risco de contaminação pelo lixão do Novo Gama. Citou que no CBH Paranaíba/DF foi comentado pela Caesb a interferência na APM do Bananal, proposta no PDOT comprometendo aspectos de qualidade e quantidade na captação do Bananal. A densidade populacional prevista está acima do que o PDOT admite. Sobre os aspectos de drenagem urbana, questionou onde será o lançamento, uma vez que a capacidade de suporte do lago Paranoá e da bacia apresentam riscos futuros de uma contaminação vindo do lixão. Frente a essa preocupação, sugeriu que o CRH fizesse Moção ao GDF alertando para essa questão. Lembrou que o plano de bacia orienta onde podem ocorrer novos adensamentos urbanos. O Presidente da reunião sugeriu que a Minuta de Moção fosse submetida a apreciação na próxima reunião do Conselho. O Presidente convidou o senhor Leonardo Mitre Alvim de Castro/Adasa para apresentar a construção de indicadores de resultados e propostas para que seja feita sua aplicação na execução do PRH/Paranaíba/DF. O apresentador falou sobre os Estudos desenvolvidos: conceituação de indicadores e tipologias; II. Levantamento e análise de Planos de Recursos Hídricos com identificação de tipologias de indicadores de monitoramento utilizados; III. Construção de indicadores de resultados para aplicação no acompanhamento do PRH/Paranaíba/DF; IV. Proposição de metodologia para gerenciamento dos resultados da implementação das ações propostas no PRH/Paranaíba/DF; V. Proposição de integração com a metodologia de monitoramento de desempenho do plano a ser proposta no PRH/Paranaíba/DF, para apresentação de resultado global para a tomada de decisão pelo CBH. Levantamento e análise de Planos de Recursos Hídricos: I. Plano Nacional de Recursos Hídricos II. Planos Estaduais de Recursos Hídricos III. Planos de Bacias Hidrográficas Interestaduais IV. Estudos Técnicos. Apresentou os planos (PERHs) ressaltando que alguns planos têm indicadores de desempenho e outros não. PGRIH não tem indicadores, embora proponha um programa para desenvolver indicadores no futuro. Os mais recentes são da Bacia do rio Grande e o Plano da região hidrográfica do Paraguai, eles tiveram a proposição de indicadores de desempenho, mas não de resultado. Disse desconhecer um plano que tenha uma metodologia com indicadores de resultado como este que está tendo agora, ou seja, um avanço que está sendo proposto de forma inovadora no DF, com o Plano da bacia do rio Paranaíba/DF. Na construção dos indicadores foi feita uma proposta para indicadores de resultado que deve ser avaliado. Começou com o diagnóstico, prognóstico e plano de ações. O plano teve que ser construído com ações para solucionar problemas diagnosticados ou previstos no prognóstico. A partir dessas ações foram enumerados os problemas do diagnóstico e o que o plano de ações quer tratar e em função disso foram propostos os indicadores para programa e subprograma e tem pelo menos um indicador proposto para avaliar seus resultados. As ações têm um objetivo e meta em termos da melhoria da qualidade, da melhoria da disponibilidade hídrica, de aperfeiçoamento da forma de apresentação do instrumento de gestão de outorga, enquadramento, ou seja, elas têm alguma relação com a implementação da política. Essa implementação vai trazer benefícios para a bacia e esses benefícios têm que estar ligados nesses indicadores. São 26 indicadores relacionados aos problemas da bacia tratados no Plano de Ações, foram propostos de forma a evitar duplicidade de

análise. Todos os indicadores têm análise quantitativa, por meio de formulações matemática, com parâmetros de fácil disponibilidade de dados; todos os indicadores têm a mesma escala de resultado e uma escala percentual variando de 0 a 1, o que facilita a integração entre eles e todos tem uma formulação semelhante. Todo indicador é ligado a um componente, a um programa, um subprograma, que tem objetivo, expressão de cálculo, parâmetros, unidades e periodicidade de cálculo sugerida. Disse que todos os indicadores têm agregação para um índice único: análise multicritério; definição de pesos por subprograma; definição de pesos do subprograma frente ao plano; definição de pesos pelo CBH; foco da análise de importância no objetivo principal do plano; e revisão dos pesos ao final de cada horizonte temporal. Sobre a aplicação no processo de gestão: citou as responsabilidades e ações dos entes (Adasa - desenvolvimento de indicadores e metodologia de monitoramento de desempenho e CBH - criação da Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano (CTAP). No processo anual de acompanhamento: cálculo/estimativa dos valores dos indicadores (Agência de águas/Adasa); desenho das curvas de avanço e avaliação das melhorias dos indicadores (Agência de águas/Adasa); apresentação e discussão dos resultados dos indicadores e curva de avanço na câmara técnica do CBH (Agência de águas/Adasa/CTAP); discussão dos resultados da avaliação de desempenho e resultados do avanço do plano em plenária do CBH (Agência de águas/Adasa/CBH); divulgação dos resultados da avaliação do plano para a sociedade (Agência de águas/Adasa/CBH). Mostrou exemplo de como seria uma curva de avanço da implementação das metas do plano, uma forma interessante de divulgação dos resultados do plano, que pode ser feito por indicador e para o plano com um todo (tem uma saída em zero e uma chegada em cem por cento, num determinado período e ao longo do tempo vai comparando a curva prevista com a do executado). "Pode-se dizer, isso tanto para o desempenho, quanto para resultado se está abaixo ou acima do previsto e deste modo corrigir o caminho da execução do plano em função do resultado da curva no momento em que estiver sendo feita a análise". Finalizando, afirmou que a proposta vai com a integração dos resultados e desempenhos. Foi proposto uma avaliação em que possa ser feita nessa avaliação do Comitê, periodicamente, com os resultados dos indicadores de desempenho junto com os indicadores de resultado e a metodologia adotada nesse estudo, o resultado do avanço do plano vai poder enquadrar quatro situações possíveis: plano de ações mal construído ou mal executado; situação ideal: bom desempenho x bom resultado; necessidade de maior articulação/mobilização na bacia para execução do plano de ações e ações externas ao plano de ações podem estar trazendo resultados positivos/plano de ações exagerado. Finalizou. A seguir o Presidente da reunião abriu espaço para questionamentos. O Conselheiro Sérgio Koide/UnB disse que uma das grandes dificuldades sobre os consumos de águas subterrâneas, uma incógnita bastante grande, é no sentido da existência muito grande de poços não cadastrados, não outorgados, e perguntou se esse trabalho foi realizado somente com base nos poços cadastrados ou dentro de uma estimativa, pois se sabe que o número de poços cadastrados é bastante inferior ao número de poços existentes. A apresentadora Carolina respondeu que foram somente utilizados dados da outorga e da Caesb para estimativa da demanda de água subterrânea (dados bem mais complexos), mas não foi considerado nenhum percentual de outorgados ou não. Jorge Enoch/Adasa disse que há mais informações que se encontram em fase de conclusão, a exemplo de um mapa com todas as áreas irrigadas no DF separadas em área urbana e área agrícola. O mapa está elaborado em nível de detalhamento muito bom, foi checado todo o cadastro de outorga, com o mapa de áreas irrigadas e vice e versa. Para fins de acompanhamento da irrigação, todo o processo já pode ser feito a distância. Em termos de notificação foi encontrado um ou outro pivô, sem outorga. As bacias prioritárias, como Descoberto e Pipiripau serão prioridades de ação, mas hoje se tem um norte para ação na previsão de irrigação, pelo menos para uso de irrigação, que são os que consomem mais. Esse mapa é um produto para gestão muito bom, porque se sabe realmente o que se tem outorgado e o que falta outorgar e o que precisa de atuação na fiscalização e que possivelmente ele será lançado na Agro Brasília e, tão logo seja lançado será apresentado neste Conselho. A Conselheira Regina Fittipaldi/Fórum ONGs destacou que nesse momento da fiscalização e monitoramento é importante essa rede de cuidado. Enfatizou a importância de se colocar a educação como ponto de relevância nesses planos de planejamento, pois com uma cidadania consciente, informada e educada essa fiscalização será cooperativa, conjunta, entre cidadania, organizações, porque as pessoas estarão conscientes de que todos têm um objetivo comum. Acrescentou que de modo geral, como foi bem pontuado, tem várias situações de poços artesanais clandestinos de uso da água, de desvio da água, justamente pela falta da educação, da informação, da sensibilização, pois ela não tem sido qualificada com enfoque, com a ênfase nessas questões. Encerradas as ponderações, o Presidente submeteu à votação, via chat, o Plano de Recursos Hídricos dos Afluentes Distritais do rio Paranaíba/DF, que foi aprovado por unanimidade. Passou para o item 2. Informes: O Presidente informou que outros pontos de pauta solicitados pelos conselheiros serão pautados nas próximas reuniões. Regina Fittipaldi/Fórum de ONGs: informou que vai ocorrer a primeira reunião da Câmara Técnica de Educação – CNRH, a qual participa representando o CRH, no dia 25/06, e que na próxima reunião deste conselho traria

informes do ocorrido. Destacou que a ata da reunião passada não registrou alguns aspectos por ela citados. Esclareceu que o ponto que gerou a proposta de criação do Grupo de estudo no CRH para o Covid-19 veio através de um informe seu que não foi contemplado na ata, a saber: "a Conselheira faz parte de um grupo de trabalho na UnB, que congrega vários atores (organizações e associações), que é um projeto de pesquisa, cujo tema é vida, água e ARIES, que o foco é justamente, em função da Pandemia, identificar a situação de vulnerabilidade das populações do DF. No levantamento das pesquisas, ainda em processo chegou-se ao número estarrecedor de 200 mil pessoas nas ARIES do DF, que não tem acesso à água. Essa questão da Pandemia a palavra de ordem, além do isolamento social, é a higienização, portanto a importância de ter acesso à água. São geralmente nesses focos que estão surgindo a maior incidência de contágio do Covid-19. E foi após esse relato que a Sol propôs a criação de um GT. A seguir convidou a todos para uma Live (19h30) onde serão apresentados os documentos elaborados por esse grupo de pesquisa: manifesto apresentando a situação do DF, vulnerabilidade e alguns cominhos possíveis de parecerias apontadas na pesquisa. Projeto são vida e água na ARIES". Jorge Enoch/Adasa: informou que a Caesb desde o início adotou atitudes com relação à Covid-19 e a Adasa também algumas resoluções orientando sobre gestão, especificamente, na parte de saneamento. No CONSAB existem algumas resoluções dizendo como seria a operação e atuação do setor vinculado ao saneamento, tanto resolução na área de resíduos sólidos, quanto na parte de água e esgoto (Caesb). Lembrou que existem algumas áreas que a Caesb, por força de lei, não pode entrar e que esse é um assunto para ser discutido, e isso se mostrou um grande problema nesse momento. Citou que o comitê de bacia do Paranaíba/DF, na pessoa do Ricardo, procurou a Adasa para saber, de fato, o que a Adasa poderia fazer para que essas áreas fossem atendidas de forma regular. Afirmou que esse assunto tem que ser trazido à pauta. Sugeriu, também, como material de consulta o documento da ABAR - Diretrizes ABAR: Recomendações regulatórias diante da Pandemia. Destacou que entre essas recomendações encontra-se a de população vulnerável. Ressaltou trabalho que o grupo está fazendo muito o interessa, e que estão procurando essas informações tanto junto a Caesb como nas superintendências da Adasa para que se possa ter um arcabouço para balizar uma discussão séria sobre o assunto. Disse que embora haja esforço da Caesb para atender determinadas áreas, ainda assim é um problema, porque fica um vácuo legal que não interessa a ninguém. É uma discussão que não é fácil, mas que é preciso retomar essa questão e esse problema da Covid-19 acabou trazendo a necessidade de rediscutir o problema. Regina Fittipaldi: informou que o senado estava votando naquele momento o PL 4162/19 sobre um novo marco legal do saneamento, que de novo não tem nada, é uma estratégia absurda que vem agredir processos de conquista de inteligência da academia, das organizações brasileiras, que lutam pela água como direito, como qualidade de vida, como bem e acesso ao saneamento. E questionou ao Presidente se não seria o caso, talvez, do CRH fazer uma moção a respeito desse novo marco legal do saneamento. O Presidente sugeriu, caso seja do seu interesse, que apresente a minuta de moção para que seja levada para deliberação do plenário. Alba Ramos: lembrou que na última reunião do conselho informou da necessidade de o CRH ter um fórum de acompanhamento da execução do Procomitês. E que esse pedido deveria ter sido convertido numa resolução do CRH delegando a CTPA essa competência para acompanhamento desse plano. Afirmou que elaborou uma minuta de resolução e enviou para a secretaria do conselho. Pediu para colocar em discussão e votação a resolução ou convocar uma extraordinária, o mais breve possível, para deliberar sobre o assunto. O Presidente informou da impossibilidade de votação da resolução, haja vista que o documento chegou após o envio da pauta. E versa o § 4º do art. 6 do regimento, que as reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente da matéria que justificar sua convocação, somente podendo ser objeto de decisão os assuntos que constem da pauta convocatória. Deliberou-se pela convocação de uma reunião extraordinária para o dia 02/07. Raquel Brostel/ABES/DF: informou que a CTPA já realizou oito reuniões; que estão tratando sobre o tema da cobrança e da agência; que estão em fase de elaboração de duas notas técnicas, que sintetizarão essas discussões e os encaminhamentos propostos e em breve a câmara apresentará ao CRH esse resultado da cobrança e da agência; Afirmou que a Abes/DF apoia essa possível moção relativa ao projeto de lei em debate no senado, que praticamente está levando à privatização das companhias de saneamento estaduais, e que está sendo encaminhado de uma forma distorcida. Do mesmo modo, apoia a moção citada pelo professor Ricardo Minotti. Na bacia do Paranoá qualquer tipo de ocupação dessa natureza tem que ter uma análise muito cuidadosa da capacidade de suporte do lago e tem que trazer essa resposta. Ela só poderia ser implementada se tivesse uma resposta da solução adequada e como que isso vai evoluir a carga de capacidade de suporte do lago ao longo do tempo. Em relação ao projeto da ARIES é extremamente importante e tem o apoio da ABES. E com relação às áreas não atendidas por força de lei, citou a existência de um processo judicial que impedia que a Caesb colocasse água no Arniqueira e que durante algum tempo ela não podia fazer a correção de vazamento. E do mesmo modo no assentamento 26 de setembro, que é um processo de ocupação. Em sua opinião tem que encaminhar por um processo que venha a resolver de alguma forma, não muito precária, o abastecimento dessa população. A seguir o Presidente

reiterou, com relação às moções sugeridas pela Conselheira Regina Fittipalde e pelo Conselheiro Ricardo Minotti, que preparem as minutas e envie ao Conselho para serem incluídas na próxima reunião extraordinária do Conselho. Eloneide/Caesb: Disse que o Consab também tem um grupo específico para o assunto de Covid-19 e sugeriu uma interação do grupo que está sendo criado no CRH com esse grupo. Informou que participa como convidada da Câmara Técnica de Segurança de Barragem do CNRH, que nessa câmara foi criado um grupo de trabalho para discutir a PL 550 que vem modificando a Lei 12.334, que instituiu a Política Nacional de Segurança de Barragens. E como o PL foi recentemente discutido na câmara, decidiu-se fazer uma moção principalmente porque as modificações propostas no PL estão a reboque dos impactos desses acidentes que tiveram em Mariana. Eles são muito voltados para barragem de rejeito. O que prejudica um pouco a interpretação da legislação no caso das barragens de acumulação tanto de usos múltiplos como do setor hidrelétrico. Eles vêm focando bastante, fizeram sérias modificações para empreendedores, para fiscalizadores, fizeram a inclusão de um seguro. A câmara considera que talvez nenhuma seguradora vá querer fazer um seguro de valores tão alto, dependendo das barragens. Há uma preocupação muito grande da câmara técnica nesse momento deste PL passar pelo Senado. Não havendo mais considerações o Presidente deu por encerrada a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada pelos conselheiros presentes e, posteriormente, publicada seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR, Presidente Substituto.

#### ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de julho de dois mil e vinte, às nove horas, ocorreu a 38ª reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF/DF, realizada por vídeo conferência, atendendo à convocação do seu Presidente, o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF. Fizeram-se presentes o Secretário Executivo do CRH/DF Senhor JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR/SEMA, que presidiu a reunião, EDNA AIRES/SEDUH, MAC LEONARDO DA SILVA SOUTO/SEAGRI, REJANE PIERATTI/BRASÍLIA AMBIENTAL, GABRIEL MARTINS SALES FONTE/DF, ALBA EVANGELISTA RAMOS/ADASA, JORGE ENOCH FURCHIM WERNECK LIMA/ADASA, LIGIA SILVA VIVEIROS GURGEL/CAESB, KELLY DOS SANTOS PENGA /CEB, MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO/IBAMA, ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO/FIBRA, FÁTIMA PONTES AMARANTE/ÚNICA-DF, FRANCELINA RODRIGUES DE SENA/ÚNICA-DF, TEREZINHA LIMA/ÚNICA-DF, CAMILA GRAZIELA ARTIOLI/ CBH/MA, RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL/ABES-DF, SÉRGIO KOIDE/UNB, REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI/FÓRUM ONGS (1º VAGA), MARIA CONSOLACIÓN UDRY/ ÓRUM ONGS (2º VAGA), LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ/FÓRUM ONGS (2º VAGA), CLÁUDIO MALINSKI/CBH-PRETO, RICARDO TEZINI MINOTI/CBH PARANAÍBA/DF, ANDREIA FERREIRA DE AGUIAR/CBH/MA. Participaram como ouvintes: MARICLEIDE MAIA SAID/SEMA, ANTONIA MARTINS FEITOSA/SEMA, MONA GRIMMOUTH BITTAR/SEMA, AMANDA DE FREITAS MEIRELES/SEMA, MAJOR QOPM JASIEL TAVARES FERNANDES/SSP, e REGINALDO P. MIGUEL/ADASA. A reunião foi realizada por vídeo conferência, por meio do aplicativo Cisco Webex Meeting, aberta em segunda convocação, sob a seguinte pauta: 1. Deliberações: 1a) Apreciação e deliberações da Minuta de Resolução do CRH/DF - delegação de competência - Procomitês-DF. 1b) Apreciação e deliberações da Minuta de Moção proposta pelo presidente do Comitê de Bacia Hidrográficas do Afluentes do Rio Paranaíba do Distrito Federal, Ricardo Minoti, que recomenda ao Governo do Distrito Federal que aguarde a atualização do PDOT para implantar novos empreendimentos que impactem no balanço hídrico do DF. 2. Informes. O presidente cumprimentou a todos, agradeceu a presença dos Conselheiros e declarou aberta a sessão. Procedeu com a leitura da pauta e iniciou com o item 1a da pauta. Fez breve leitura dos termos da Minuta de Resolução que delega competência à CTPA/CRH, como segue: Art. 1º Delegar para a Câmara Técnica Permanente de Assessoramento – CTPA as seguintes atribuições: I - acompanhar o cumprimento das obrigações da ADASA e dos Comitês de bacias hidrográficas do Distrito Federal no âmbito do Procomitês; II – apresentar ao CRH Parecer relativo ao cumprimento das metas contratuais do PROCIMITÊS, com base no Relatório Anual de Atividades elaborado pela ADASA e outras informações que se fizerem necessárias; Art. 2º Caberá a este Conselho a certificação das metas contratuais do Procomitês. Finalizada a leitura da pauta concedeu a palavra à Conselheira Alba/ADASA que fez breve histórico sobre a celebração de contrato do programa Procomitês entre a ANA e os Comitês de Bacias do Distrito Federal, em maio de 2019, o que justifica a proposta de Resolução em pauta. Informou sobre a exigência da ANA de que o CRH crie um fórum competente para acompanhar as ações no âmbito do Procomitês. A Conselheira Raquel Brostel/ABES/DF, Presidente da CTPA/CRH/DF sugeriu alterações no texto proposto pela ADASA, o que foi acolhido pela proponente. O Presidente da reunião submeteu a Resolução à apreciação do Conselho. A Resolução foi aprovada por unanimidade. O Presidente prosseguiu com o item 1b da pauta. Procedeu a leitura da proposta de Moção do Presidente do CBH Paranaíba, que